



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4

Editores: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-271-5 DOI 10.22533/at.ed.715201908</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional. I. Silva, Américo Junior Nunes da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O quarto volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles que pensam a Educação Inclusiva em diferentes instituições e regiões do país.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro e as questões voltadas a inclusão. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns do contexto educacional e que apresentam como objeto de estudo a Educação Inclusiva.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	
Anatália Dejane Silva de Oliveira Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7152019081	
CAPÍTULO 2	14
MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE A PARTIR DE SINOPSES ESTATÍSTICAS	
Juliane Aparecida de Paula Perez Campos Waldísia Rodrigues de Lima Graciliana Garcia Leite	
DOI 10.22533/at.ed.7152019082	
CAPÍTULO 3	24
JOGO LIBRÁRIO DO MEIO AMBIENTE: TECNOLOGIA SOCIAL E DESIGN PARA O ENSINO DE LIBRAS	
Flavia Neves de Oliveira Castro Nadja Maria Mourão Rita de Castro Engler Isabela Cristina Teixeira Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7152019083	
CAPÍTULO 4	33
INCLUSÃO DE LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES POR MEIO DE JOGOS EDUCATIVOS	
Marina Barros Batista Almir Vieira de Sousa Neto Jackeline Dias Cunha Nogueira Amanda Azevedo Torres Esther Barata Machado Barros Yndri Frota Farias Marques Tamara Simão Bosse Adriano Joab Meneses Mesquita Rebeca Coêlho Linhares Luana Cristina Farias Castro Áurea Izabel de Andrade Barroso Clesivane do Socorro Silva do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7152019084	
CAPÍTULO 5	38
A TRAJETÓRIA DA CRIANÇA COM TEA: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Paloma Rodrigues Cardozo Andreia Mendes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7152019085	
CAPÍTULO 6	46
LIBRAS E A EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL	
Alana Francine Freitas Xavier Larissa Ingreddy Tavares Andreia de Cassia Silva Machado	

Ludmila Grego Maia
Patrícia Leão da Silva Agostinho
Yolanda Rufina Condorimay Tacsí
Katarinne Lima Moraes

DOI 10.22533/at.ed.7152019086

CAPÍTULO 7 52

A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM FORTALEZA-CE: PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Francisca Camila Araújo da Silva
Antonia Kátia Soares Maciel

DOI 10.22533/at.ed.7152019087

CAPÍTULO 8 61

O PAINEL SENSORIAL COMO UM INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Francisca Helen Veloso Euzébio
Ana Caroline Marques de Araújo
Renata Gomes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.7152019088

CAPÍTULO 9 70

POLÍTICAS INCLUSIVAS E COMPENSATÓRIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Diana Gurgel Pegorini

DOI 10.22533/at.ed.7152019089

CAPÍTULO 10 75

A IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS SURDAS: ESPAÇO DE INTERAÇÃO E VISIBILIDADE DA CULTURA SURDA

Marcia Pereira de Sousa
Normandia de Farias Mesquita Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.71520190810

CAPÍTULO 11 85

REFLEXÕES ACERCA DA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO E O ENSINO DE LIBRAS

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.71520190811

CAPÍTULO 12 95

LIBRAS EM MODALIDADE SINALIZADA E O PORTUGUÊS EM MODALIDADE ESCRITA: OS SURDOS EM MEIO À SOCIEDADE GRAFOCÊNTRICA

Josiane Coelho da Costa
Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.71520190812

CAPÍTULO 13 105

ANÁLISE CONCEITUAL DE TERMINOLOGIAS EM LIBRAS DAS DISCIPLINAS DE QUÍMICA E BIOLOGIA

Tháisa Cardoso Nascimento Borges
Maloní Montanini Mafei César
Michelly Christine dos Santos
Lourena Cristina de Souza Barreto

DOI 10.22533/at.ed.71520190813

CAPÍTULO 14 119

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ana Beatriz Guimarães Quadros
Daniele Pereira de Sousa
Simone Maria Campelo Machado
Degiane da Silva Farias

DOI 10.22533/at.ed.71520190814

CAPÍTULO 15 134

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CONTEXTOS DISTINTOS: BRASIL E MOÇAMBIQUE

Amisse Alberto
Márcia de Fátima Barbosa Corrêa
Neusa Teresinha Rocha dos Santos
Cláudia Aparecida Prates

DOI 10.22533/at.ed.71520190815

CAPÍTULO 16 141

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS AÇÕES DE FORMAÇÃO DO IFRN

Josanilda Mafra Rocha de Moraes
Lenina Lopes Soares Silva

DOI 10.22533/at.ed.71520190816

CAPÍTULO 17 152

CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA NO ENSINO DE INGLÊS PARA SURDOS

Bruna de Oliveira Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.71520190817

CAPÍTULO 18 159

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E GARANTIA DE DIREITO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Andréia Farias de Jesus
Ana Marta Gonçalves Soares
Daniel Costa Gomes de Souza
Lucas Bastos de Oliveira Lima

DOI 10.22533/at.ed.71520190818

CAPÍTULO 19 167

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O DIREITO À CIDADE

Samantha Sena e Pinto
Julia Freitas
Ivonete Barreto de Amorim
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

DOI 10.22533/at.ed.71520190819

CAPÍTULO 20 180

O ESTUDO DO DISCURSO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO DE LIBRAS COMO L2 PARA SURDOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa dos Guimarães de Carvalho
Gilmar Garcia Marcelino
Kelly Francisca da Silva Brito
Renata Rodrigues de Oliveira Garcia

DOI 10.22533/at.ed.71520190820

CAPÍTULO 21	187
REVISÃO DA LITERATURA SOBRE DISLEXIA: CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Marília Piazzzi Seno	
Simone Aparecida Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.71520190821	
CAPÍTULO 22	196
O <i>CUIDADOR</i> ESCOLAR EM UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO	
Rosimar Bortolini Poker	
Bruna Caroline Cardoso Komatsu	
DOI 10.22533/at.ed.71520190822	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	208
ÍNDICE REMISSIVO	209

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 06/05/2020

Anatália Dejene Silva de Oliveira

Universidade Federal do Oeste da Bahia

Barreiras – Bahia

<https://orcid.org/0000-0003-3307-8632>

Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira

Universidade Federal do Oeste da Bahia

Barreiras – Bahia

<http://lattes.cnpq.br/4288162405302715>

RESUMO: Este artigo discute as políticas de ações afirmativas no âmbito de atividades acadêmicas e administrativas com a finalidade de criar uma cultura de inclusão de universitários com deficiência, a partir das atividades do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Para tanto, o artigo se compromete em narrar as experiências vividas nos processos de criação e organização das estratégias institucionais que impulsionaram o seu funcionamento para a construção de uma universidade acessível, além de relatar seu importante papel na produção de políticas institucionais que qualificam o entendimento de inclusão e

acessibilidade como direito assegurado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de levantamento e sistematização dos dados, empreendeu-se no campo dos estudos qualitativos, considerando como fontes de dados os documentos institucionais que registram estes processos e as experiências vividas pelas autoras durante a realização das atividades do núcleo no período de novembro de 2015 até junho de 2017. As informações foram mapeadas e organizadas de modo orientasse a escrita da narrativa, reconhecendo a acessibilidade e inclusão como categorias de análise. Nessa dinâmica, os resultados demonstram a relevância da atuação do núcleo no fortalecimento das políticas afirmativas de acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior na tentativa de constituir a universidade acessível.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Educação Superior; Ações Afirmativas; Núcleo de Acessibilidade.

ABSTRACT: This article discusses affirmative action policies in the context of academic and administrative activities in order to create a culture of inclusion of university students with disabilities, based on the activities of the Accessibility and Inclusion Center of the Brazilian

Federal University called UFOB. role in strengthening affirmative access and permanence policies for students with disabilities at the In order to do so, this article is committed to narrating the experiences lived in the processes of creation and organization of institutional strategies that boosted its functioning for the construction of an accessible university. In addition to reporting its important role in the production of institutional policies that qualify the understanding of inclusion and accessibility as a guaranteed right in teaching, research and extension activities. The data collection was carried out using the qualitative research method, considering the institutional documents that record these processes and the experiences lived by the authors during the performance of the department's activities from November 2015 to June 2017 as data sources. The information was mapped and organized so they would guide the writing of the narrative, recognizing accessibility and inclusion as categories of analysis. The results demonstrate the relevance of the work of the Center for Accessibility and Inclusion in strengthening affirmative access and permanence policies for students with disabilities in higher education to establish an accessible university.

KEYWORDS: Inclusive education; College education; Affirmative Actions; Accessibility Center.

1 | INTRODUÇÃO

A recente obrigatoriedade da reserva de vagas nos cursos de graduação, tem significado a presença de estudantes com deficiência na Educação Superior e produzido um importante debate na sociedade em torno do compromisso social da Universidade na institucionalização de políticas e ações que assegurem, no contexto acadêmico, os direitos das pessoas com deficiência. Trata-se de um movimento socialmente construído que se fundamenta na concepção de educação inclusiva como possibilidade de superação das injustiças sociais.

Na perspectiva da inclusão, sob a égide dos direitos humanos, a deficiência compreende uma variação humana legítima, digna e natural. Este entendimento, contrapõe-se explicitamente a perspectiva de deficiência como fenômeno biológico isolado, ou diferença corporal indesejável, e, por conseguinte, aponta que é uma questão resultante das interações vividas em sociedade.

No âmbito desta compreensão, é importante destacar a existência de um movimento que tem buscado instrumentos de superação do entendimento clínico que procura capturar as ausências e limitações das pessoas com deficiência, para um posicionamento que se constitui na esfera social, operando na produção de aspectos que decorrem do desenvolvimento das políticas públicas direcionadas a esse grupo de pessoas.

Nesta perspectiva, coloca-se como um desafio inerente à agenda acadêmica das Instituições de Educação Superior (IES) prospectar um ambiente de trabalho e formação em que a inclusão educacional seja institucionalizada pelo reconhecimento dos valores

a ela inerentes, assumidos pelas ações e práticas efetivadas nas relações sociais estabelecidas. São significantes nessa institucionalização as políticas institucionais da universidade, como Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político-Pedagógico Institucional, bem como os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, pois assumem um compromisso político e social com o processo de democratização da Educação Superior, que se faz pelo desenvolvimento de um trabalho efetivo das pessoas que convivem na instituição, sob a perspectiva de reconhecer a educação inclusiva como direito.

Esse movimento institucional para a criação de uma ambiência de educação inclusiva nas instituições de ensino superior se faz pela sua implementação no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. No âmbito da gestão, os Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) têm um papel político e social de extrema relevância, pois mobilizam a instituição tanto nas questões acadêmicas como administrativas para a promoção de ações que assegurem a criação das condições inclusivas que criem um sentimento de pertença a todas as pessoas que convivem e trocam experiências, o que vai ao encontro dos requisitos legais de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ambiente do ensino superior.

Esse pressuposto tem sido assumido pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) ao se comprometer no atendimento dos princípios e valores adotados em seus documentos institucionais acolhendo, no ambiente acadêmico, as pessoas com deficiência.

Metodologicamente, empreendeu-se uma pesquisa descritiva no âmbito da abordagem qualitativa, reunindo registros das experiências vividas para narrar o processo de criação e a dinâmica de gestão que colocou em funcionamento o NAI/UFOB. Para tanto, amparamos em Bogdan e Biklen (1994) ao apontarem a investigação de campo como possibilidade de apreender fatos de dados acontecidos nas relações estabelecidas no âmbito da atuação dos sujeitos envolvidos nesse processo. Sob os pressupostos destes autores, o NAI/UFOB se tornou, portanto, o ambiente natural de fonte direta dos dados, em que os autores do texto se constituam, à época, parte ativa do objeto de investigação.

As autoras deste artigo mantiveram nesse período interações diárias no contexto das atividades do núcleo, cujas experiências vividas tornam-se relevantes para as narrativas que serão apresentadas, tornando-se, portanto, estratégia de pesquisa, conferindo legitimidade as reflexões e falas (Le BRETON, 2004).

O artigo apresenta algumas das políticas e ações institucionais desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência na UFOB, objetivando narrar: a participação do NAI, na elaboração das principais políticas institucionais da Universidade; a criação da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do NAI/UFOB, responsável pela realização de um trabalho coletivo que produza uma Universidade Acessível; as ações formativas desenvolvidas pelo NAI na promoção de uma ambiência de aprendizagem social inclusiva.

Essa narrativa demonstra a trajetória do NAI/UFOB, no período de novembro de 2015 até junho de 2017, em direção a um trabalho formativo inclusivo, bem como os avanços

e desafios da Universidade na institucionalização das políticas de ações afirmativas voltadas para o acesso e a permanência de estudantes com deficiência nos cursos de graduação ofertados.

2 | UNIVERSIDADE: ESPAÇO-TEMPO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

A Universidade Federal do Oeste da Bahia, criada pela Lei nº. 12.825, de 05 de junho de 2013, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia, originada pelo Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, localizado em Barreiras-BA. Com estrutura multicampi, a UFOB está sediada em cinco municípios do Oeste da Bahia: Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória. Em Barreiras, encontra-se a administração central da Universidade, onde está instalado o NAI.

O reconhecimento político e social do papel transgressor da universidade, a coloca como instituição social mobilizadora e propositora de experiências educativas de humanização e sociabilidade humana. Essa responsabilidade expressa que sua atuação precisa ser marcada pela efetivação de políticas e ações voltadas para o conhecimento, a valorização e a promoção de uma sociedade plural e inclusiva. Portanto, a inclusão e acessibilidade no ensino superior assentam-se como um de seus mais relevantes compromissos ético e social com a deficiência/diferença.

Não é demais afirmar que o compromisso com a inclusão envolve um conjunto de ações que empreende pelo planejamento e organização de recursos e serviços, a promoção de acessibilidade no campo arquitetônico, das comunicações, dos sistemas de informação e dos materiais didáticos e pedagógicos, todos imbricados nos processos institucionais que envolvem a seleção para ingresso, permanência e diplomação pelo desenvolvimento indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2008).

Dialogando com intensos desafios, as ações da universidade precisam se constituir em cenários socialmente significativos de inclusão de pessoas com e sem deficiência na constituição permanente de uma cultura inclusiva. Isto significa dizer que, a produção de uma cultura inclusiva é campo de constituição política, pois requer o envolvimento e a participação de todas as pessoas, não somente no ambiente da Universidade, mas, e, sobretudo, de todos os setores da sociedade em movimento político-social de reconhecimento e valorização da pessoa humana.

Esse movimento foi estimulado pela aprovação da Lei Brasileira da Inclusão (Lei nº. 13.146/15), que em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012), demandaram maior engajamento social das universidades federal para reafirmar o direito à educação superior da pessoa com deficiência.

Politicamente, a referida Lei, como o resultado da interação com as barreiras impostas pelo meio, fez avançar o já estabelecido na Convenção, pois determinou a obrigatoriedade de reserva de vagas no ensino superior no contexto dos cursos de graduação.

Entre as principais inovações da Lei Brasileira da Inclusão (LBI), no âmbito da educação superior, destaca-se os cenários mais diversos de visibilidade à falta de políticas nas universidades para a promoção continuada e intersetorial de ações de acessibilidade e inclusão que assegurem, para além do acesso, a permanência e a diplomação da pessoa com deficiência nos cursos de graduação. Talvez, não seja demais afirmar que, um dos maiores desafios esteja na efetivação da flexibilização curricular e seus desdobramentos nos processos de ensino e aprendizagem, incluindo também os instrumentos pelos quais se garantam a efetiva participação de estudantes com deficiências nas vivências das atividades das políticas de pesquisa e extensão.

Um primeiro passo a ser dado em direção ao processo de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, pelo menos para nós, consistiu no reconhecimento de que as pessoas com deficiência são diferentes e que, para que se tornem iguais no que importa para uma vida digna, devem ser tratadas de maneira diferenciada, segundo as distintas formas de ser e estar no mundo (MEDEIROS; DINIZ; BARBOSA, 2010).

Esses aspectos mencionados indicaram, para nós, a necessidade de ampliação das políticas de inclusão e de ações afirmativas envolvendo estudantes com deficiência no ensino superior, de forma a criar as condições necessárias para o sucesso acadêmico em um percurso formativo significado pela qualidade que cada estudante espera.

Dizemos isso porque aprendemos com nossa experiência que a implementação de diretrizes e políticas institucionais voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior, impõe a necessidade coletiva de reconhecimento das diferenças em todos os setores e atividades da Universidade. Esse reconhecimento possibilita trabalhar no enfrentamento das ausências de políticas públicas sinalizadas pelas diferentes trajetórias dos estudantes que chegam ao ensino superior.

Ademais, registramos que a relevância da inclusão para o enfrentamento do desrespeito à diferença/deficiência não se configura como aspecto suficiente para propiciar a mudança de pensamento em uma cultura marcada pela exclusão. A inclusão precisa ser compreendida como uma filosofia de vida que se fundamenta sobre o modo como as pessoas percebem e respondem às diferenças humanas (VALLE e CONNOR, 2014).

Do ponto de vista educacional, a inclusão precisa ser reconhecida e vivenciada como possibilidades fora de paradigmas ou receituários, percebendo a educação como direito social essencial e fundamental na construção de uma sociedade com valores de justiça e reconhecimento mais sólidos e edificantes do processo de humanização. Para essa mudança de percepção, Miranda (2012), corrobora afirmando que ela se traduz no fomento de ações inovadoras capazes de promover práticas pedagógicas que reconheçam diferentes possibilidades educativas, considerando a identificação das singularidades dos

estudantes. Não se trata, então, de uma mudança apenas conceitual, mas de alcance social, sobretudo, dando significado ao campo político-pedagógico pelas ações vividas no cotidiano das instituições de ensino.

Se por um lado, um determinado entendimento de inclusão indicou a necessidade de um tratamento desigual como forma de compensar uma história de exclusão, segregação e invisibilidade vivenciada pelas pessoas com deficiência nos processos de educação formal. Do outro, tratar as pessoas de modo diferente, respeitando as suas especificidades é promover a justiça social e a equidade, bem como atuar na permanente ação política de superação de restrições que se pautam nas diferenças inerentes aos indivíduos. Essa perspectiva política, pressupõe a valorização dos direitos humanos, significada na qualidade das relações e no respeito e reconhecimento às diferenças, o que dá possibilidades significativas para o trabalho pedagógico nas atividades acadêmicas da universidade atender as demandas especiais de estudantes com deficiência, visando à equidade de condições no que lhe interessa para uma vivência bem-sucedida na vida acadêmica.

3 | NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: CRIAÇÃO E DINÂMICA ORGANIZATIVA

Geograficamente localizada no oeste baiano, a UFOB está inserida no cenário nacional de democratização da Educação Superior, exercendo como instituição pública federal um papel importante no desenvolvimento de políticas e ações que visam à promoção da equidade e da justiça social. Com essa finalidade, se comprometeu institucionalmente com a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência em suas atividades acadêmicas, cuja efetivação se deu com a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/UFOB), por meio da Resolução nº. 003/2015, aprovada pelo Conselho Universitário.

O relato dos procedimentos de criação do NAI/UFOB, pautou-se em fontes documentais: a) Resolução CONSUNI, nº. 003/2015, que institui o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI); b) Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade; c) Relatórios do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFOB dos anos de 2015 e 2016; d) Relatórios de Gestão Institucional da UFOB referentes aos Exercícios de 2015 e 2016 e; e) Leis nº 12.711/2012; nº 13.146/2015 e nº 13.409/2016.

Para sua criação, inicialmente, muitos estudos foram realizados. Começamos com um levantamento de informações em consulta aos endereços eletrônicos de núcleos de acessibilidade e inclusão nas universidades federais brasileiras para mapeamento de dados sobre criação e funcionamento, bem como das experiências divulgadas. Com este levantamento, conseguimos perceber o quão é diversa a dinâmica de atuação dos núcleos, muitos sob a responsabilidade de professores-pesquisadores, cujas ações estão ligadas a grupos de pesquisa vinculados a programas de Pós-Graduação; outros sob a responsabilidade de um professor-pesquisador da universidade, com atuação

acadêmica na área de educação especial, em ambos os cenários os núcleos contam com a colaboração de estudantes estagiários e/ou monitores.

De posse dessas informações, a nossa estratégia consistiu em identificar as ações comuns e, sobretudo, as especificidades experienciadas nos contextos dos núcleos de acessibilidade e inclusão das universidades federais do país. Assim pudemos analisar um complexo conjunto de possibilidades e analisar quais delas seriam as mais indicadas, naquele momento, para o funcionamento do NAI/UFOB, reconhecendo como base de nossas decisões as complexidades da realidade educacional e social da região, bem como as limitações e fronteiras do cenário institucional da recém criada Universidade. Esse diálogo entre realidades foi de grande importância para reconhecermos que a dinâmica de funcionamento do NAI/UFOB somente seria significativa aos estudantes com deficiência se houvesse o estabelecimento de parcerias intrasetores da universidade, interinstitucionais e, sobretudo, com a sociedade no oeste baiano.

Como opção política de organização institucional, nos primeiros anos o NAI ficou vinculado à Pró-Reitoria de Graduação e Ações Afirmativas, junto à Coordenadoria de Ações Afirmativas. Essa decisão foi relevante porque, vivíamos um momento em que, no processo de implantação da Universidade, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão estavam sendo elaboradas. Entendíamos à época que os diálogos iniciais necessários entre os estudantes, docentes e todos os setores envolvidos se dariam pelas possibilidades de realização das atividades de ensino e ações afirmativas.

Um fato diferenciador foi o trabalho de uma pedagoga com formação acadêmica na área de Educação Especial, ser a responsável pela gestão do NAI, responsável pelas articulações na proposição dialógica das ações do núcleo, bem como pela coordenação de suas atividades no âmbito da instituição *multicampi*. Comprometendo-se com a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A institucionalização de suas ações, voltou-se, então, para apoiar, complementar e suplementar os atendimentos comuns, articulando-as ao desenvolvimento das atividades acadêmicas propostas pelos docentes (BRASIL, 2011). Nesse desenho institucional, o NAI/UFOB assumiu como principais objetivos de suas atividades institucionais o seguinte:

Propor práticas didático-pedagógicas acessíveis que possibilitem aos estudantes com demandas específicas de atendimento, condições integrais de participação nos processos de aprendizagem, visando a inclusão e o prosseguimento dos estudos; promover o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito da UFOB a fim de apoiar, complementar e suplementar os processos formativos comuns; apoiar, estimular, acompanhar e implementar ações e projetos que visem a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, possibilitando a participação dos estudantes nos processos formativos de ensino, pesquisa e extensão; ampliar a reflexão em busca da institucionalização da educação inclusiva, visando a promoção de estratégias pedagógicas que contribuam para o pleno desenvolvimento das situações de aprendizagem (UFOB, 2016).

Configurado institucionalmente como um espaço de trabalho de natureza diagnóstica,

mobilizadora, formativa e propositiva, o núcleo passou a responder, no âmbito da UFOB, pela coordenação e articulação de ações que visam contribuir para a inclusão de estudantes e servidores com deficiência, cuja perspectiva é de articulação das diferentes atividades institucionais, para significar nos projetos de extensão, pesquisa, intercâmbio e cooperação técnico-científica a perspectiva de promoção de acessibilidade inclusiva.

Nesse sentido, o NAI/UFOB exerceu uma importância singular na elaboração de documentos institucionais, bem como participando efetivamente no desenvolvimento de ações em todos os campi com foco formativo e promotor de um ambiente de inclusão e acessibilidade.

4 | A PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Reconhecida como princípio fundamental na superação das desigualdades e injustiças sociais, a inclusão é um direito que está explicitado no Projeto Político-Pedagógico Institucional da UFOB (PPPI/UFOB), assumido como instrumento de gestão que promove a afirmação da democracia, da justiça social e da equidade de condições, bem como de superação das desvantagens produzidas em contextos marcados pelo preconceito e pela discriminação em relação às diferenças.

Nesta perspectiva, o PPI da Universidade registra o acolhimento da proposição do NAI/UFOB com o seguinte:

[...] a inclusão envolve o reconhecimento das diferenças, na detecção de desigualdades transformadas em contextos de discriminação e na formulação de estratégias positivas (e, por definição, provisórias e/ou momentâneas, tais quais as ações afirmativas) no propiciar da igualdade de condições (UFOB/PPPI, 2016, p. 76).

Dentre as diretrizes constituídas no PPPI/UFOB no âmbito das políticas de suas ações afirmativas, o NAI sinalizou aquelas que estão direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência, conforme se observa:

[...] desenvolvimento de políticas de acessibilidade e de promoção de acesso de pessoas com deficiência; apoiar, estimular, acompanhar e implementar ações e projetos que visem à eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, possibilitando a participação dos estudantes e servidores nos processos formativos de ensino, pesquisa e extensão (UFOB/PPPI, 2016, p.112).

A compreensão da deficiência no referido documento, dialoga com fundamentos conceituais estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012). Mas, certamente, a UFOB se reconhece como responsável pela construção de um ambiente institucional propício à permanência e afirmação social dos estudantes com deficiência, ao se comprometer com o fortalecimento da política de direito à justiça social.

Outra participação institucional importante do NAI/UFOB, consistiu na proposição

de um texto-referência sobre acessibilidade, que passou a compor todos os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade. A intenção do texto-comum se pautou no entendimento de fazer entender que as ações de afirmação desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência são promotoras da melhoria das condições de acesso, da melhoria da participação e dá significação ao sentimento de autoconfiança e permanência aos estudantes, assumindo-se sujeitos de um ambiente que os reconhecem com equidade no âmbito das atividades acadêmicas. Além dessa questão, entendemos ser muito importante o trabalho do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como parte integrante da Política de Inclusão e Acessibilidade da UFOB, configurando-se como um dos pilares da educação inclusiva na Universidade.

Sob estes fundamentos e como desdobramento das políticas institucionais, o NAI/UFOB também desenvolveu um trabalho mais específico de apoio às atividades de ensino sob a responsabilidade dos docentes. Foram os denominados documentos orientadores. Esses cadernos tinham como enunciado diretrizes orientadoras que pudessem dialogar com os docentes acerca de informações básicas na constituição de ambientes de inclusão educacional. Estes documentos resultaram da preocupação do NAI com o direito à educação das pessoas com deficiências nas atividades de ensino vividas por eles, cotidianamente, pois, para além do cumprimento dos preceitos conceituais e legais da acessibilidade e inclusão, os estudantes demonstravam a necessidade dos docentes assumirem uma postura político-pedagógica inclusiva. Com esse propósito dialogado com os estudantes com deficiência, procedemos da seguinte maneira: diálogo com todos os estudantes com deficiência e, após esta escuta, sistematização de orientações didático-pedagógicas em documentos específicos por deficiência. Em seguida, realização de reuniões com os docentes para dialogar sobre os conteúdos advindos dos relatos das experiências dos estudantes com deficiências nas atividades de ensino. Essa ação pedagógica, dinamizou de forma significativa os processos de aprendizagem docente para o trabalho com a inclusão. Seus relatos apontaram mudanças nas atividades de planejamento, nas relações em sala de aula e nos processos de avaliação. Algo muito forte nas vivências dos estudantes com o NAI/UFOB, consistiu na solicitação deles de que o núcleo insistisse como pauta de diálogo com os docentes, o respeito às diferenças no atendimento às suas demandas específicas.

Essa postura política dos estudantes mostra a relevância da universidade se comprometer com uma:

[...] política de Ações Afirmativas *que* exerce um papel fundante no acesso, na permanência com aprendizagem, visando à diplomação dos estudantes e, conseqüentemente, inserção no desenvolvimento social, cultural, científico, político e econômico da região. O acesso e, principalmente, a permanência com aprendizagem são premissas fundamentais no desenvolvimento dos programas de ações afirmativas e de assistência estudantil liderados pela Pró-Reitoria de Graduação e Ações Afirmativas. (UFOB, RELATÓRIO DE GESTÃO, 2015, p. 02).

Com base nessa narrativa, observamos que o NAI/UFOB assumiu um papel político-pedagógico significativo na promoção da organização de ações institucionais para assegurar o direito à educação vinculada ao cumprimento com a qualidade social das necessidades emergidas das relações estabelecidas. A nossa experiência mostra que esta dinâmica reclama o tempo todo pelo reconhecimento dos princípios de reafirmação contínua de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nos processos formativos da vida acadêmica.

5 | AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE ACESSÍVEL

Ampliando as ações de promoção da acessibilidade no contexto institucional, o núcleo de acessibilidade e inclusão se articulou para a criação da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, constituída por representantes de todos os setores da Universidade incluindo todos os cinco *campi*. O objetivo da comissão consistiu em assessorar o NAI nos processos de inclusão de estudantes e servidores com deficiência, com ênfase na eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Tratou-se de um trabalho institucional coletivo. Nesta dinâmica, a experiência da comissão demandou pela realização de encontros formativos que instrumentalizassem as pessoas a participarem no apoio da organização e gestão de políticas e ações de acessibilidade e inclusão. O que resultou também em mudanças administrativas e arquitetônicas importantes na universidade.

O NAI/UFOB, para além do atendimento às diretrizes estabelecidas pelo Programa Incluir, desenvolveu ações em função de seu compromisso com a organização de um processo formativo inclusivo, representando, em termos formais, a responsabilidade da Universidade com a presença de pessoas com deficiência em seu espaço acadêmico. Isto significa dizer que “a existência de núcleo de acessibilidade é um aspecto importante no cuidado da IES com as questões relacionadas à inclusão educacional na perspectiva da responsabilidade social proposta pelo Sinaes” (BRASIL, 2013, p. 45).

Desse modo, seu trabalho de apoio e acompanhamento aos estudantes com deficiência, com ênfase na inclusão, permanência e afirmação social, assume como finalidade a promoção de uma formação profissional e científica de qualidade. Sob esta premissa, sua atuação abrangeu a mediação entre os setores administrativos e acadêmicos da UFOB, envolvendo servidores e estudantes, bem como instituições parceiras, tendo em vista a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas, possibilitando uma participação efetiva das pessoas envolvidas nos processos formativos da Universidade (UFOB, 2016).

Do ponto de vista de suas ações e estratégias formativas voltadas para a promoção

de atitudes inclusivas na Universidade, o NAI/UFOB realizou periodicamente reuniões, promoveu muitos eventos acadêmicos, efetivou o trabalho formativo

com os documentos orientadores tanto junto aos Colegiados de cursos, como mediante o desenvolvimento de acolhimento individual e realização de atividades coletivas (cursos, oficinas, rodas de conversa, reuniões). Do mesmo modo, deu apoio à realização de pesquisas, projetos, estudos e eventos como as edições do Seminário de Acessibilidade e Inclusão realizadas em articulação com a Universidade do Estado da Bahia e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, configurando-se importante estratégia de sensibilização da comunidade acadêmica para a acessibilidade e inclusão. Registramos também a importância que o NAI exerce na assessoria à comunidade universitária nas questões que envolvem acessibilidade e produção de materiais informativos e campanhas institucionais.

6 | CONCLUSÃO

A adoção dessa política na Educação Superior representa no plano formal o reconhecimento do Estado no tocante à necessidade de ações coletivas para inibir as situações de exclusão vivenciadas pelas pessoas com deficiência, colocando em destaque as dimensões sociais e possibilidades de uma realidade que precisa ser transformada. A universidade pública tem responsabilidade ética, competência técnica e compromisso político como participante dessa árdua atividade social.

A universidade pública se coloca nesse debate em defesa das ações afirmativas pela necessidade de problematizar a deficiência no espaço simbólico da luta social, uma vez que as circunstâncias que circunscrevem as experiências de pessoas com deficiência são constituídas por barreiras de ordem social e simbólica. Tal perspectiva, em muito se aproxima das ideias que regulam a institucionalização por parte do Estado de ações afirmativas de combate às desigualdades sociais.

Assim, as políticas de ações afirmativas no Ensino Superior representam um importante mecanismo de disputas políticas que lutam em favor não somente do acesso, mas sobretudo da permanência de grupos socialmente sub representados. Em se tratando de pessoas com deficiência, não se pode desconsiderar a influência das diversas barreiras que historicamente atravessaram suas trajetórias escolares.

Esse reconhecimento tem como base à compreensão de que as diferenças advindas da condição de deficiência não se constituem obstáculos à aprendizagem, participação e permanência nem na Educação Básica nem na Universidade, ao contrário, são produtoras de possibilidades dos processos formativos coerentes com uma sociedade inclusiva, que cria condições de articulação social com os princípios de justiça e equidade social. É nesse cenário que este artigo trouxe algumas contribuições ao campo da educação inclusiva, ao narrar uma trajetória de desafios e possibilidades do Núcleo de acessibilidade

e inclusão na institucionalização das políticas de ações afirmativas voltadas para acesso e permanência de estudantes com deficiência nos cursos de graduação.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 4.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência [...]. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador do Programa Incluir**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.

BRASIL. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, 2013.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. **A Legislação Brasileira e Italiana sobre Educação Especial: da década de 1970 aos dias atuais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 57, p. 01-33, abr. 2018.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Livia (orgs.). Deficiência e igualdade. In: BARBOSA, Livia; DINIZ, Débora; SANTOS, Wederson. **Diversidade corporal e perícia médica no Benefício de Prestação Continuada**. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2010.

LE BRETON, David. **L'interactionnisme symbolique**. Paris: Quadrige/PUF, 2004.

PIOVESAN, F. Concepção contemporânea de direitos humanos. IN: HADDAD, S.; GRACIANO, M. **A educação entre os direitos humanos**. Campinas: Autores Associados, São Paulo: Ação Educativa, 2006. p. 11-42.

Universidade Federal do Oeste da Bahia. Conselho Universitário. **Resolução nº 003/2015, de 19 de novembro de 2015**: Aprova a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Barreiras: Conselho Universitário, 2015.

Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. [Barreiras: UFOB], 2016.

Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Relatório de gestão Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional**.

Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Relatório de gestão Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.** [Barreiras: UFOB], 2016.

Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Relatório do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Pró-reitoria de Graduação e Ações Afirmativas** [Barreiras: UFOB], 2015.

Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Relatório do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Pró-reitoria de Graduação e Ações Afirmativas.** [Barreiras: UFOB], 2016.

Universidade Federal do Oeste da Bahia. **Texto-Referência para os Projetos Pedagógicos dos Cursos Pró-reitoria de Graduação e Ações Afirmativas.** [Barreiras: UFOB], 2016.

VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência:** da abordagem social às práticas inclusivas na escola. Porto Alegre: AMGH, 2014. 240 p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 21, 22, 23, 77, 79, 122, 145, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 201

Ações Afirmativas 1, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13

Aluno com Síndrome de Down 52

Aluno Surdo 26, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 101, 106, 109, 110, 111, 157, 181

Apoio à inclusão 201

Atendimento Educacional Especializado 7, 9, 38, 64, 66, 69, 77, 78, 79, 86, 90, 122, 134, 135, 136, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 178, 200, 201, 202, 206, 207

Autismo 42, 63, 64, 119, 120, 121, 122, 125, 127, 130, 131, 132, 133

Avaliação de Políticas 70

B

Base de dados bibliográficas 187

Brasil 14, 15, 17, 21, 23, 25, 32, 47, 48, 50, 57, 64, 70, 72, 73, 79, 82, 83, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 104, 108, 109, 111, 116, 134, 135, 137, 138, 139, 154, 156, 160, 168, 169, 170, 171, 179, 181, 182, 187, 188, 189, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199

C

Cidade 76, 105, 117, 125, 153, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 196

Consciência Linguística 152, 154, 155, 157

Contextos 7, 8, 80, 89, 102, 123, 134, 135, 136, 138, 161, 162, 181, 182

Criança 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 53, 56, 57, 58, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 78, 84, 100, 120, 121, 123, 125, 126, 130, 132, 133, 188, 190, 191, 197, 198, 207

Cuidador na escola 196, 199, 200, 202, 203, 206

Cultura 1, 4, 5, 25, 28, 31, 35, 36, 44, 65, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 89, 90, 91, 92, 93, 142, 145, 152, 156, 157, 173, 174, 177, 178, 208

D

Deficiência visual 144, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

Design 24, 25, 26, 27, 30, 32, 149

Dificuldade de aprendizagem 61, 62

Discurso 57, 80, 180

Dislexia 63, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

E

Educação Básica 11, 17, 18, 25, 39, 44, 56, 70, 71, 74, 77, 90, 99, 142, 143, 151, 165, 208
Educação de Jovens e Adultos 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165
Educação de Surdos 75, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 90, 93, 94, 95, 98, 100, 102, 104, 118
Educação em Saúde 34
Educação Especial 7, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 39, 44, 53, 61, 63, 65, 66, 77, 78, 83, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 102, 103, 104, 108, 118, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 145, 159, 163, 165, 178, 186, 190, 191, 193, 197, 198, 199, 206, 207
Educação Inclusiva 1, 2, 3, 7, 9, 11, 15, 18, 21, 51, 60, 78, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 108, 118, 134, 135, 136, 137, 139, 151, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 196, 197, 198, 199, 201, 207
Educação Profissional 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151
Educação Superior 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 14, 15, 17, 22, 23, 35, 47, 48, 72
Ensino de Libras L2 180
Escrita 1, 43, 47, 58, 63, 66, 68, 75, 77, 81, 82, 88, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 153, 154, 156, 168, 184, 185, 188, 190, 191, 193, 204
Estratégias 1, 7, 8, 10, 35, 42, 53, 54, 59, 60, 61, 65, 88, 90, 108, 128, 144, 155, 159, 160, 163, 164, 177, 183, 185, 191, 202

F

Formação de Professores 25, 56, 85, 88, 90, 92, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 164, 208

I

Inclusão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 101, 103, 108, 109, 111, 117, 118, 119, 120, 122, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 188, 189, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 206, 207
Infância 38, 40, 43, 44

J

Jogo Librário 24, 25

L

L1 152, 153, 155, 182
Lazer 97, 136, 167, 170, 173, 174, 177, 178
Libras 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 75, 76, 77, 79, 80, 81,

82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 116, 117, 118, 138, 139, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Língua Brasileira de Sinais 16, 25, 31, 34, 35, 46, 48, 49, 50, 75, 76, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 99, 101, 103, 106, 116, 118, 181, 185

Línguas de sinais 95, 152, 156

Ludicidade 67, 68, 119, 120, 123, 128, 130, 131, 208

M

Meio Ambiente 24, 26, 27, 29, 30, 31

Moçambique 134, 135, 137, 138, 139, 140

N

Núcleo de Acessibilidade 1, 6, 8, 10, 12, 13

P

Painel Sensorial 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69

Pessoas com deficiência 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 40, 50, 53, 66, 79, 108, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

Políticas Educacionais 70, 83, 102, 135, 136, 138, 149

Português 25, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 184, 185, 189, 191

Prática docente 52, 56, 58, 59, 100, 102, 103

R

Revisão 17, 24, 46, 49, 59, 69, 75, 80, 85, 87, 132, 187, 189, 190, 193

S

Sala de Recursos 44, 61, 62, 63, 67, 68, 77, 132

Sinopses Estatísticas 14, 17, 18, 19

Surdez 35, 37, 48, 76, 80, 82, 83, 85, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 152, 158, 180, 182, 186, 202

Surdos 24, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 48, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 116, 118, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 180, 181, 182, 186

T

Tecnologia Social 24, 25, 32, 179

Terminologias de Química e Biologia em Libras 105

Trajetórias de aprendizagem 38, 42

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2020